

# SUMÁRIO

<b>PREFÁCIO</b>	<b>7</b>
<b>AGRADECIMENTOS</b>	<b>11</b>
<b>SIGLAS E ABREVIATURAS</b>	<b>13</b>
<b>INTRODUÇÃO</b>	<b>15</b>
<b>Capítulo I. Modalidades de intervenção do Estado na economia regional duriense</b>	<b>21</b>
1.1. A tradição de intervenção do Estado no sector do vinho do Porto, entre o Pombalismo e a Regeneração	22
1.1.1. De Pombal à revolução vintista	22
1.1.2. A desagregação do sistema regulador, entre o vintismo e a Regeneração	24
1.2. Condições de passagem do regime proteccionista do vinho do Porto e da sua região produtora para o regime liberal	31
1.2.1. A Região vinhateira no terceiro quartel do século XIX	31
1.2.2. A conjuntura comercial	32
1.2.3. O confronto entre livre-cambistas e proteccionistas em torno da questão vinhateira, em finais da década de 1850	33
1.2.4. Os projectos governamentais de liberalização do sector, em 1860 e 1861	38
1.2.5. A iniciativa da Comissão de Vinhos da Câmara dos Deputados, em 1863	54
1.2.6. O contributo da Comissão de Inquérito de Vila Real	67
1.3. A vitória dos princípios livre-cambistas	69
1.4. Conclusões	74
<b>Capítulo II. O impacto da legislação liberal e as condições sócio-económicas da Região Duriense no último terço do século XIX</b>	<b>75</b>
2.1. A Região no último terço do século XIX	76
2.1.1. A crise vitícola. A filoxera	76
2.1.2. A crise comercial	81
2.1.3. A crise social	82
2.2. A busca de soluções regionais para os problemas vinhateiros	83
2.2.1. Companhia Comercial dos Lavradores do Douro	84
2.2.2. Companhia Vinícola Portuense	90
2.2.3. Sociedade Agrícola de Lamego	90
2.2.4. Associação dos Agricultores do Norte de Portugal	91
2.2.5. Liga dos Lavradores do Douro	92
2.2.6. Liga Agrária do Norte	93
2.3. As reivindicações regionais e a intervenção do Estado	96
2.3.1. As iniciativas do poder central para a modernização do sector	99
2.3.2. O combate à filoxera	103

2.3.3. A Questão do tabaco	106
2.3.4. A defesa da marca regional e da denominação de origem	118
2.3.4.1. <i>A acção do Estado</i>	121
2.3.4.2. <i>A Comissão de Defesa do Douro</i>	130
2.3.4.3. <i>A Real Companhia Vinícola do Norte de Portugal</i>	140
2.3.4.4. <i>A questão dos vinhos espanhóis</i>	161
2.3.4.5. <i>Do Congresso Vitícola de 1895 ao Congresso Agrícola do Porto</i>	166
2.3.5. A Questão do álcool	168
2.4. Conclusões	188
<b>Capítulo III. A «questão do Douro» no primeiro terço do século XX</b>	<b>189</b>
3.1. A «Questão do Douro» e o debate vitícola nacional nos inícios do século XX	190
3.1.1. O projecto de Elvino de Brito	195
3.1.2. Os projectos de Manuel Vargas	198
3.1.3. O decreto de 14 de Junho de 1901	207
3.1.4. Novas propostas do Governo para a solução da crise	210
3.2. O movimento duriense pela marca regional	213
3.3. Do projecto de Teixeira de Sousa ao regresso à regulação vitícola	231
3.3.1. O projecto de Teixeira de Sousa	231
3.3.2. Os projectos de Malheiro Reimão	233
3.3.3. A legislação de João Franco	261
3.3.4. A legislação de Ferreira do Amaral	263
3.4. Da legislação de 1908 à Casa do Douro	279
3.4.1. O aperfeiçoamento da legislação reguladora no final da Monarquia e no início da I República	279
3.4.2. Os conflitos em torno do tratado luso-britânico de 1914	290
3.4.3. O regulamento sidonista de 1918	300
3.4.4. O projecto de Nuno Simões e a primeira «Casa do Douro»	303
3.4.5. A acção da Junta de Defesa do Douro	305
3.4.6. A acção do ministério Antão de Carvalho	318
3.4.7. A Conferência Vinícola de Bordéus e a defesa das marcas regionais	320
3.4.8. A polémica em torno do «Lisbon Wine»	322
3.4.9. O Entreposto de Gaia	325
3.5. O desenvolvimento do associativismo regional: dos sindicatos agrícolas à Casa do Douro	342
3.5.1. Os sindicatos agrícolas no Douro	343
3.5.2. A reorganização regional e institucional duriense: a gestão da Casa do Douro	351
3.6. Conclusões	360
<b>CONCLUSÕES</b>	<b>361</b>
<b>FONTES E BIBLIOGRAFIA</b>	<b>371</b>